



O PAPEL CRUCIAL DO PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

INGRID EDUARDA ALVES PAIVA; ADRIANA MARIA ALVES.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a importância do planejamento urbano e ambiental no desenvolvimento de pequenas cidades de forma sustentável e socioeconômica, para que se possam vislumbrar as possíveis melhorias que esse contexto pode oferecer. Por meio da compreensão do papel das cidades no mundo contemporâneo, bem como dos conceitos de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável, busca-se discutir a relevância da aplicação da sustentabilidade no planejamento do desenvolvimento urbano. A metodologia adotada para esta pesquisa é exploratória e descritiva, envolvendo a coleta de dados por meio de revisão bibliográfica, através de leituras textuais sobre os assuntos que compõem desde os livros e artigos. Ao explorar as possibilidades do planejamento urbano com base nos estudos analisados, observa-se um vasto conjunto de oportunidades analíticas e propositivas que podem beneficiar os espaços urbanos. Conclui-se que o Planejamento Urbano, quando aplicado como uma ferramenta para o Desenvolvimento Sustentável, pode trazer melhorias significativas para as cidades, contribuindo para a busca de um equilíbrio socioambiental e econômico. Deste modo, podemos apontar como grande desafio do planejamento urbano para as próximas décadas, a conquista de sua autonomia em relação aos interesses das elites e do capital imobiliário e de sua reaproximação da realidade social, para que deixe de ser considerado um instrumento de opressão e passe a ser um instrumento de efetivação das condições mínimas de habitabilidade para todos dentro do espaço urbano, ou seja, do direito à cidade. Assim, reconhece-se a necessidade de se estabelecer uma relação de equilíbrio entre homem e natureza, com cidades adaptadas para reduzir as vulnerabilidades às ameaças ao meio ambiente e manter uma estrutura de sociedade sem causar danos ao meio.

Palavras-chave: sustentabilidade; meio ambiente; equilíbrio socioambiental; gestão; ordenamento territorial.

1 INTRODUÇÃO

Os centros urbanos têm sido reconhecidos como impulsionadores do crescimento, uma vez que concentram atividades sociais, políticas, culturais e econômicas. Sua importância é inegável, tornando-se essencial que eles desempenhem um papel incentivador e catalisador do desenvolvimento. É crucial destacar que o processo de desenvolvimento urbano não é homogêneo, variando de um espaço para outro, e é caracterizado por ser contínuo e evolutivo (SILVA NETO, 2004).

Com base nas diferentes disparidades de desenvolvimento econômico e social entre distintas cidades, suas estruturas urbanas também refletem grandes variações. Por consequência, os métodos de planejamento urbano adotados em cada localidade serão igualmente diversos. De fato, o planejamento urbano tem como objetivo coordenar a

organização das cidades, visando garantir as melhores condições de habitabilidade para a população. Essa abordagem segue o princípio da diferença, o qual estabelece que um determinado arranjo urbano só pode ser considerado adequado quando as expectativas de todas as classes sociais forem elevadas ao máximo possível.

Nesse contexto, o planejamento urbano busca criar ambientes inclusivos e equitativos, onde todos os cidadãos possam desfrutar de oportunidades, serviços e qualidade de vida semelhantes. Ao considerar as diferentes necessidades e expectativas das várias camadas da sociedade, o objetivo é criar cidades mais justas, acessíveis e sustentáveis para todos os seus habitantes. Isso implica em pensar no acesso ao transporte público, educação, saúde, moradia digna, espaços públicos de qualidade, entre outros aspectos essenciais para uma vida urbana saudável e próspera.

O direito à cidade pode ser compreendido como o direito à vida urbana transformada e renovada. Essa concepção engloba um conjunto de ações destinadas a promover a melhoria da qualidade de vida dos habitantes urbanos, buscando o equilíbrio ecológico, redução das poluições e a adequação do espaço urbano, bem como o acesso a bens, serviços e equipamentos comunitários, e proporcione oportunidades de crescimento e desenvolvimento, ressaltando a importância de uma abordagem holística e participativa no planejamento urbano, envolvendo a sociedade civil, os poderes públicos e outros atores relevantes, a fim de garantir que as decisões tomadas atendam às necessidades e aspirações da população urbana de forma sustentável e equitativa.

Diante disso, a pesquisa será enfocada uma abordagem específica: o desenvolvimento sustentável no contexto urbano, uma opção que abrange intrinsecamente as dimensões sociais, econômicas e ambientais do progresso. Assim, o objetivo desta investigação é discutir a relevância do planejamento urbano para alcançar a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, partindo da hipótese de que essa forma de desenvolvimento não pode ser viável sem um planejamento urbano adequado.

O objetivo deste trabalho é discutir a aplicação do conceito de sustentabilidade no processo de planejamento do desenvolvimento urbano. Com esse propósito, o estudo analisará as cidades, a urbanização e o planejamento urbano ambiental, buscando identificar a relevância desse planejamento para o desenvolvimento das cidades, de forma a proporcionar melhores condições ambientais, econômicas e sociais, além de promover a preservação do meio ambiente. O foco principal será nas pequenas cidades e o objetivo geral consiste em conhecer, entender e analisar a importância do planejamento urbano ambiental nesse contexto específico. Pretende-se, destacar as possíveis melhorias que a abordagem sustentável pode oferecer no âmbito socioeconômico dessas localidades.

Ao enfatizar a sustentabilidade no planejamento urbano, este trabalho busca contribuir para o desenvolvimento de cidades mais equilibradas, inclusivas e resilientes, que considerem as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades.

2 MATERIAIS EMÉTODOS

A metodologia empregada neste trabalho é de caráter exploratório e descritivo, com foco na evolução do Planejamento Urbano Brasileiro. Os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos e conceitos de especialistas de diversas áreas. Essa abordagem permitiu uma percepção interdisciplinar dos temas, como Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável em pequenas cidades.

A partir dos dados observados e revisados, o objetivo é compreender a importância do planejamento urbano e contribuir para o aprimoramento do crescimento das cidades, favorecendo uma estrutura mais adequada e sustentável. Por fim, a pesquisa busca sintetizar as

principais estratégias adaptativas e os desafios enfrentados pelo planejamento urbano ambiental, buscando promover cidades mais resilientes e equilibradas em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento socioeconômico.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Planejamento urbano e ambiental

O termo planejamento que envolve técnicas e instrumentos com o propósito de atingir metas pré-estabelecidas (SILVA, 2006). Muitas vezes, tal planejamento serviu como justificativa para intervenções que violavam completamente os direitos das comunidades periféricas, sob o pretexto de melhorar a infraestrutura e valorizar áreas consideradas mais nobres. O planejamento urbano desde o seu início mostrou-se subordinado aos interesses do capital imobiliário, tornando-se um instrumento dócil nas mãos dos mais ricos para dominar e oprimir os mais pobres.

O planejamento urbano é de caráter interdisciplinar, em que profissionais das mais variadas áreas do conhecimento unem-se para planejar o espaço urbano, existindo um escopo ampliado e fundamental que todas as áreas do conhecimento estejam presentes em sua construção, para que se alcance um resultado holístico. Sendo assim, não deve ser visto apenas como um meio de adornar o ambiente físico, pois não cabe somente os projetos dos instrumentos que integram as cidades, como edifícios e espaços públicos, mas é designado comprometer-se para redefinir e reconstruir a sociedade, ou seja, o planejamento urbano tem como foco a (re)estruturação dos espaços urbanos, de uma maneira que possa fornecer instrumentos para garantir a melhoria dos sistemas que declinam devido à sua ineficiência, ou de aplicar novos instrumentos para que resultados satisfatórios sejam alcançados (PIÉROLA; ALMEIDA, 2016).

É fundamental ressaltar de o planejamento urbano abordar o problema da exclusão social. Isso inclui não apenas considerar o acesso democrático a bens comuns, como praças e calçadas, que podem refletir criatividade e expressão artística, mas também enfrentar o desafio da exclusão socioeconômica. Diante desse cenário, torna-se necessário que as cidades adotem iniciativas organizacionais que vão além da infraestrutura física, focando em projetos de apoio social e inclusão econômica. Para tanto, é essencial que o planejador esteja engajado e possua conhecimento e compreensão do ambiente a ser planejado ou reestruturado, bem como das questões futuras que deverá enfrentar. Seja para uma cidade, território ou região, é preciso compreender quais instrumentos serão necessários para atingir cada objetivo.

Ademais, a cooperação entre profissionais de diferentes áreas é essencial para cumprir tais objetivos de forma eficaz e holística. O planejamento urbano pode contribuir significativamente para promover a inclusão social, construindo cidades mais justas e sustentáveis para todos os seus habitantes.

O planejamento urbano desempenha um papel crucial na busca pela qualidade de vida e, por consequência, pelo equilíbrio ambiental. Para alcançar esse objetivo, é essencial integrar o meio ambiente aos processos intraurbanos, combinando planejamento e análise ambiental. Dessa forma, busca-se promover o uso racional dos recursos naturais e melhorar as condições de vida da população, considerando a importância da questão ambiental. Além de ser um processo de extrema relevância para os centros urbanos na atualidade, pois contribui para uma ocupação mais racional e equilibrada do espaço. É fundamental que esse tipo de planejamento não seja dissociado das políticas de desenvolvimento, pois está diretamente ligado à qualidade de vida das pessoas.

Ao adotar uma abordagem que valoriza a integração entre planejamento urbano e ambiental, é possível criar cidades mais sustentáveis, onde a preservação do meio ambiente se

torna um elemento central para a melhoria da vida urbana. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de promover um desenvolvimento urbano que seja ecologicamente responsável, socialmente inclusivo e economicamente viável, buscando alcançar um equilíbrio que beneficie tanto a população presente quanto as gerações futuras (HONDA et al., 2015).

O planejamento ambiental deve ser abordado de maneira abrangente, compreendendo processos de definição e tomada de decisões aplicáveis a diversas atividades humanas e em diferentes níveis, buscando uma utilização ótima dos recursos disponíveis, visando o benefício máximo para a coletividade. Esse enfoque ampliado é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável, onde a preservação do meio ambiente e o uso responsável dos recursos são considerados para o bem-estar atual e das gerações futuras.

É importante destacar que a proteção do meio ambiente, aliada à qualidade de vida e à sustentabilidade econômica, só pode ser alcançada por meio de transformações adequadas nos ambientes urbanos, com a prestação contínua de serviços públicos para toda a sociedade. No entanto, não existe um padrão único de sustentabilidade aplicável a todas as cidades, cada uma deve estabelecer suas próprias estratégias para buscar a sustentabilidade. Dessa forma, é essencial que cada cidade encontre suas próprias soluções para enfrentar os desafios urbanos de maneira sustentável e eficiente.

Centros urbanos

Os centros urbanos são habitat característico dos seres humanos e se tornaram o epicentro de atividades culturais e comerciais, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento econômico e social. Essas áreas urbanas modernas oferecem aos seus residentes melhor acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, eletricidade, água e saneamento, em comparação com as áreas rurais. No entanto, apesar dessas vantagens, altas taxas de pobreza ainda podem ser encontradas em muitas cidades (ROGERS; HALL, 2015).

O século XXI é denominado o "século das cidades", e seu maior desafio enfrentado é alcançar o desenvolvimento sustentável. Atualmente, aproximadamente dois terços do consumo energético global provêm das áreas urbanas, 75% dos resíduos são gerados nessas regiões e o esgotamento dos recursos hídricos é uma preocupação, devido ao consumo excessivo de água potável nas cidades (LEITE, 2012).

Para garantir um futuro sustentável, é essencial que as cidades adotem abordagens mais responsáveis e eficientes em relação ao uso de recursos naturais e energéticos. A busca por soluções inovadoras e ações voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável são fundamentais para enfrentar os desafios socioambientais e criar ambientes urbanos mais equitativos, prósperos e amigáveis ao meio ambiente.

Na busca por alternativas para enfrentar os desafios da rápida urbanização, surgiram as cidades inteligentes. Esse termo cidade inteligente é caracterizado como um local em que problemas sociais e ambientais são resolvidos com o auxílio de tecnologias avançadas (ROGERS; HALL, 2015). A partir dessa concepção, percebe-se que as cidades inteligentes frequentemente compartilham objetivos semelhantes aos das cidades sustentáveis.

Nessa perspectiva, a compreensão do modelo de cidade associado à inteligência envolve a integração entre serviços, infraestrutura urbana, tecnologias, comunicação, contribuindo para melhorar a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico, bem como aumentar a equidade e o bem-estar social. Essas cidades proporcionam maior funcionalidade aos sistemas urbanos e melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas (LEITE, 2012).

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade refere-se ao princípio da busca pelo equilíbrio entre a

disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade, visando equilibrar a preservação do meio ambiente e o que ele pode oferecer em consonância com a qualidade de vida da população. É um termo que surge pela necessidade de discussão a respeito da forma como a sociedade vem explorando os recursos naturais, pensando em alternativas de preservá-lo evitando, assim, que esses recursos se esgotem na natureza.

A existência das três dimensões da sustentabilidade, buscam a preservação do meio ambiente, não sob uma concepção individualista, mas de forma transindividual, compreendendo que a grande questão é assegurar a criação de condições que tornem viável a vida no planeta Terra (ANJOS; UBALDO, 2015). Enfatizando que seja posta em prática concretamente é necessário o uso de algumas alavancas, como a redução da quantidade de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recurso; o estabelecimento de regras para uma adequada proteção ambiental, assim como uma adequada escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras (PÓVOAS, 2015).

A sustentabilidade tem o poder de criar uma nova economia, reestruturando as categorias e comportamentos, permitindo o surgimento de oportunidades com o planejamento de longo prazo e um sistema competente de incentivos e a eficiência norteada pela eficiência, não podendo, assim, ignorar-se a relação essencial entre a economia e sustentabilidade, pois, caso contrário, significaria deixar de ver o princípio numa de suas dimensões vitais (FREITAS, 2012).

Nessa perspectiva, aponta-se a causa da pobreza e da degradação da natureza devido o tipo de desenvolvimento capitalista praticado, motivo pelo qual existe a necessidade de rever o ideal de economia utilizado, o qual tem sido o motivo da sementeação de grandes problemas sociais e ambientais, pelo tipo de desenvolvimento capitalista praticado, motivo pelo qual existe a necessidade de rever o ideal de economia utilizado, o qual tem sido o motivo da sementeação de grandes problemas sociais e ambientais. Para Ferrer e Cruz, a dimensão econômica da sustentabilidade sustenta a ideia de que miséria e a pobreza extrema não são sustentáveis e se tornam problemas ambientais complicadíssimos, por isso, a necessidade de redistribuição das riquezas de cada local do mundo e de cada setor da economia (FERRER; CRUZ, 2017).

E por fim, reconhecer o respeito da proteção da diversidade cultural, garantia do exercício pleno dos direitos humanos e combate à exclusão social (PÓVOAS, 2015). No que se rever a distribuição da renda, é a forma que possam ocorrer melhoras nos direitos e nas condições da população e, conseqüentemente, haja a ampliação da homogeneidade social, bem como a criação de oportunidades de empregos que garantam qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais (FERRER; CRUZ, 2017).

Dessa forma, o grande destaque nesta dimensão é que as políticas públicas devem estar voltadas para a execução dos direitos sociais, porquanto o ser humano só irá respeitar a natureza e os seus recursos naturais se ele também for respeitado, for tratado com dignidade (ANJOS; UBALDO, 2015). Por fim, objetiva a criação de novas regras que regulem os processos sociais, com o objetivo de se ter uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais humana.

A existência da sustentabilidade dá ênfase para o desenvolvimento sustentável, que busca despertar toda a ideia que os recursos naturais não são infinitos, atrelado à preservação do meio ambiente com os âmbitos sociais, políticos, cultural e econômicos. Sendo assim, as práticas capitalistas associadas ao consumo devem estar em equilíbrio com a sustentabilidade, visando aos avanços no campo social e econômico sem prejudicar a natureza. É a garantia do suprimento das necessidades da geração futura por meio da conservação dos recursos naturais.

Em síntese, o desenvolvimento deve-se relacionar principalmente com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, fortalecendo assim suas liberdades, pois o crescimento

econômico isoladamente não pode ser considerado como um objetivo eficaz (SEN, 2000). Além de apontam que a sua essência diz respeito à redefinição da riqueza para inclusão do capital natural: ar limpo, água potável, rios sem poluição, terra fértil, camada de ozônio efetiva, e grande diversidade de espécies (ROGERS; HALL, 2015).

Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento urbano sustentável, impõe o desafio de reinvenção da cidade, de refazê-la de forma inteligente e inclusiva, proporcionando assim aos planejadores urbanos e aos urbanistas, uma esperança de recuperação frente ao crescimento e à urbanização desordenada que as cidades enfrentam. Além da união do aspecto urbano ao desenvolvimento sustentável, sobre o que seria mais sustentável, econômica, ambiental e socialmente: refazer as cidades existentes para que cresça não somente em termos de sustentabilidade, mas também de infraestrutura básica para todos, e de qualidade de vida da população, pode-se concluir que é muito mais viável que as cidades sejam reestruturadas, remodeladas, a fim de atender as necessidades de seus habitantes (LEITE, 2012).

4 CONCLUSÃO

Nessa pesquisa foi apresentada uma visão mais ampla acerca do desenvolvimento sustentável e planejamento urbano. Demonstrou que a sustentabilidade enfrenta dificuldades à equilibrar a preservação dos recursos naturais com a qualidade de vida, e portanto merece maior atenção. Tendo em vista que a contribuição das cidades para o desenvolvimento sustentável depende dos seus métodos de produção, dos seus padrões de consumo, assim como do bem-estar e das oportunidades por elas disponibilizadas.

A fim de cumprir com o objetivo deste trabalho, a discussão interdisciplinar permitiram observar pontos importantes na área do planejamento e da sustentabilidade. Os principais conceitos, teorias e discursos dos estudos analisados foram identificados e discutidos e tendo seus resultados demonstrando que algumas alterações realizadas no modelo convencional de planejamento, como a inclusão da sociedade no processo, podem gerar bons resultados. As questões mais importantes giram em torno do papel do planejamento urbano na proteção da identidade sociocultural e de assegurar dignidade humana, assim como seu potencial para atingir problemas complexos de forma integrada, possibilitando a criação de novas formas de desenvolvimento para as cidades por meio de políticas e intervenções. Após todas as teóricas e as análises, é possível afirmar que um dos maiores desafios da atualidade é o desenvolvimento de um modelo urbano sustentável que seja capaz de incluir elementos operacionais, funcionais, arquitetônicos e de infraestrutura à qualidade de vida humana e ambiental, sendo esta é uma oportunidade de pesquisa disponível e premente.

Assim, pode-se concluir que as teóricas apresentam pertinência para a área de pesquisa, considerando que as conceituações se baseiam em estudos sobre termos que são de grande relevância aos espaços urbanos da atualidade. Defendendo e apresentando o pressuposto de que a sustentabilidade pode ser planejada, explorando suas capacidades através dos estudos analisados, sendo um grande conjunto de possibilidade que podem beneficiar os espaços urbanos, as questões sociais, ambientais e econômicas, tendo o planejamento urbano uma ferramenta de grande importância para o desenvolvimento sustentável. Ao abranger as dimensões sociais, econômicas e ambientais, como objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, minimizando a desigualdade social e preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável necessita de um plano de ação para que se cumpra seus objetivos. Compreende-se que o planejamento urbano planejar ações para alcançar objetivos pré-estabelecidos, o que o torna imprescindível para o êxito do desenvolvimento sustentável, assim como das mais diversas formas do processo. Para que a evolução e o progresso dos processos produtivos, bem como da qualidade de vida dos seres humanos, são necessários que sejam analisados elementos do contexto urbano local e as ferramentas apropriadas a ele, e a

forma que estas devem ser aplicadas, tornando o planejamento urbano instrumento indispensável para o desenvolvimento.

Deste modo, podemos apontar como grande desafio do planejamento urbano para as próximas décadas, a conquista de sua autonomia em relação aos interesses das elites e do capital imobiliário e de sua reaproximação da realidade social, para que deixe de ser considerado um instrumento de opressão e passe a ser um instrumento de efetivação das condições mínimas de habitabilidade para todos dentro do espaço urbano, ou seja, do direito à cidade. Assim, reconhece-se a necessidade de se estabelecer uma relação de equilíbrio entre homem e natureza, com cidades adaptadas para reduzir as vulnerabilidades às ameaças ao meio ambiente e manter uma estrutura de sociedade sem causar danos ao meio.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. M; UBALDO, A. A. B. **O desporto como elemento indutor da sustentabilidade na sociedade de risco**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre. Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas [e-book]. Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2015.
- FERRER, G. R; CRUZ, P. M. **Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; REZENDE, Elcio Nacur. Sustentabilidade e meio ambiente: efetividades e desafios. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.
- FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012.
- HONDA, S. C. A. L; VIEIRA, M.C; ALBANO, M.P; MARIA, Y. R. **Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP)**. Revista Brasileira de Gestão Urbana 7 (1) • Abr 2015 • <https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.AO04>
- LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- PIÉROLA, L G.; ALMEIDA, P. S. **Cidade sustentável: Análise das delimitações de ocupação do solo, novo plano diretor estratégico (Lei nº 16.050/2014) e minuta participativa do projeto de lei de uso e ocupação do solo 2014 da cidade de São Paulo**. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-66, 2016.
- PÓVOAS, M. S. **O amor na sociedade de risco: a sustentabilidade e as relações de afeto**. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre. Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas [e-book]. Umuarama: Universidade Paranaense –UNIPAR, 2015
- ROGERS, R; HALL, P. **Cidades para um pequeno planeta**. 4. ed. Barcelona: Editorial GustavoGili, SL, 2001.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- SILVA NETO, B. BASSO, D. **A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade**. Ambiente & Sociedade, v.13, n.2, p.315-329, 2010.